

CORREIO NACIONAL



Agência Gov | Via MCom

Investimento de US\$ 100 mi em conectividade digital

A Casa Civil da Presidência da República enviou ao Senado Federal a proposta de cooperação entre o Ministério das Comunicações e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para viabilizar um investimento de US\$ 100 milhões destinado à ampliação da conectividade digital em cidades pequenas de todo o país.

O projeto faz parte do programa Acessa Crédito Telecom, que tem como objetivo apoiar pequenos e médios provedores de internet na expansão da infraestrutura de banda

larga fixa em municípios com menos de 30 mil habitantes, priorizando comunidades quilombolas e indígenas.

O investimento será dividido em duas frentes principais: a primeira voltada à oferta de crédito para que os provedores possam investir em rede e equipamentos; e a segunda destinada à criação de um sistema de tecnologia da informação para reduzir as assimetrias entre provedores e instituições financeiras, facilitando o acesso a financiamentos.

Mais de 4,4 mil novas moradias

Entre os dias 14 e 21 de outubro, através do programa Minha Casa, Minha Vida, 4.465 novas unidades habitacionais começaram a ser construídas. São 135 obras iniciadas ao todo, sendo 129 enquadradas na modalidade Rural, e outras seis na Urbano.

As 129 obras iniciadas por meio da linha de

atendimento Rural equivalem a 3.325 novas moradias para famílias que moram em áreas rurais do Brasil. Na modalidade Urbano, as seis obras iniciadas têm como público-alvo famílias da Faixa 1 do programa, com renda de até R\$ 2.850, por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Mutirão da perícia médica

O Ministério da Previdência Social, por meio da Perícia Médica Federal, realiza mutirão no próximo fim de semana, 24 e 25 de outubro, em várias cidades brasileiras. Serão disponibilizadas 2.348 vagas para segurados que já possuíam agendamento marcado, mas com tempo de espera elevado. Os

mutirões são realizados de forma conjunta, entre a Perícia Médica Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e visa garantir mais agilidade na análise dos benefícios. A iniciativa integra o esforço contínuo para reduzir a fila de espera e otimizar o atendimento à população.

Fiscalização com drones

O treinamento em operação de drones para fiscalização no âmbito da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) deve atingir até o final deste ano mais de mil alunos capacitados.

Lançado em 2023 pela Divisão de Aviação Agrícola do Departamento de

Sanidade Vegetal e Insu-mos Agrícolas, com apoio da Superintendência de Agricultura e Pecuária no Estado de São Paulo (SFA-SP), o curso teve continuidade em 2024 e 2025 e já capacitou cerca de 850 pessoas.

Atualmente o treinamento não é restrito a servidores.

Anvisa restringe produtos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, nesta segunda-feira (20), a apreensão do azeite extra virgem Ouro Negro, proibindo a comercialização, distribuição, fabricação, importação, divulgação e o consumo do produto.

O azeite foi denuncia-

do por ter origem desconhecida e desclassificado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). O rótulo indica importação pela Intralogística Distribuidora Concept Ltda., cujo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) está suspenso na Receita Federal.

Plásticos em alimentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) esclarece que plásticos, incluindo o polipropileno micronizado, não estão autorizados para uso na composição de alimentos, sejam eles preparados ou industrializados. Portanto, nenhum pó decorativo/glitter que

contenha o chamado “PP micronizado” pode ser usado em produtos de confeitaria ou para decoração de alimentos.

Esses materiais são permitidos apenas em objetos decorativos não comestíveis, como, por exemplo, cenários para decoração temática de festas.

No país, 12% dos nascidos vivos têm mães adolescentes

Gravidez na adolescência deve ser tema em igrejas, diz ministro

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou, nesta terça-feira (21), que não é possível reduzir a desigualdade no Brasil e na América Latina sem reduzir os casos de gravidez na adolescência. Para ele, é preciso colocar esse tema no mais alto nível de discussão política e também levantar o debate nas escolas e nos espaços religiosos.

“Não tem como enfrentar esse tema sem promover um profundo diálogo com as lideranças religiosas que estão em nossos territórios”, disse Padilha durante evento promovido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em Brasília.

De acordo com ele, o Ministério da Saúde está trabalhando na reorganização da atenção primária, para que os profissionais saiam da estrutura da Unidade Básica de Saúde (UBS) para conhecer os territórios onde atuam. Segundo o ministro, essa organização do serviço ficou prejudicada após a pandemia de covid-19.

“Não tem como enfrentar a gravidez na adolescência no Brasil se a gente não conseguir entrar nas igrejas que estão nos nossos territórios, sobretudo aquelas que tentam esconder o protagonismo, o papel e a importância das mulheres”, disse.

“Os principais espaços de convivência e, talvez, de acolhimento das comunidades onde



Tânia Rêgo/ Agência Brasil

estão as populações mais vulneráveis são os espaços das igrejas, nas mais variadas denominações e matrizes religiosas”, afirmou, ao acrescentar, da mesma forma, a importância da discussão do tema da gravidez na adolescência nas escolas.

O evento Futuro Sustentável – Prevenção da Gravidez na Adolescência na América Latina e Caribe é um encontro regional que reúne governos, organismos internacionais e especialistas para fortalecer a cooperação e as políticas públicas voltadas à redução da gravidez na adolescência.

Segundo a UNFPA, as taxas de gravidez na adolescência têm caído na América Latina e o Caribe, mas a região ainda apresenta a segunda taxa de fecundidade adolescente mais alta do mundo, atrás apenas da África Subsaariana. A cada 20 segundos, uma adolescente se torna mãe na região — cerca de 1,6 milhão de nascimentos por ano.

O órgão das Nações Unidas reforça ainda que a gravidez na adolescência está fortemente associada à pobreza, evasão escolar e desigualdade de gênero. No Brasil, 12% dos nascidos vivos têm mães adolescentes.

“Não se pode falar em gravidez desejada ou planejada na adolescência. É, no limite, algo que aconteceu por não ter tido acesso às tecnologias, à informação e, muitas vezes, não ter tido acesso a direitos básicos, que é o da proteção do próprio corpo, da proteção contra a violência, que é, muitas vezes, o principal motivo dessa gravidez na adolescência”, reforçou o ministro Alexandre Padilha, citando os impactos que isso traz para a vida da mulher e também dos filhos, como econômicos, educacionais, da dignidade de moradia e acesso à cultura e lazer.



Joédson Alves/Agência Brasil

Isenção para doação de medicamentos é aprovada

O Senado aprovou nesta terça-feira (21) o Projeto de Lei (PL) 4719/2020 que isenta do pagamento de diversos tributos as doações de medicamentos à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes da assistência social. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

Uma emenda aprovada pelos senadores ampliou o rol de organizações que também poderão se beneficiar da medida. Agora, as Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público poderão receber as doações.

Pela proposta, a doação de medicamentos fica isenta dos pagamentos da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Além disso, os medicamentos doados devem ter, no mínimo, seis meses de validade. Os remédios doados não poderão ter finalidade lucrativa e deverão ser usado em atividades assistenciais.

As doações não poderão ser realizadas para pessoas físicas, e o controle e a fiscalização das doações de medicamentos beneficiadas com a isenção do projeto ocorrerão segundo regulamento a ser editado pela Secretaria Especial da Receita Federal, do Ministério da Fazenda.

Benefício ambiental e social

De acordo com o Conselho Federal de Farmácia, aproximadamente 14 mil toneladas de medicamentos deixam de ser utilizadas anualmente no Brasil, sendo descartadas, em grande parte, de forma inadequada.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Eco-

nômicos (CAE), Fernando Farias (MDB-AL), disse que, além de esse descarte representar um passivo ambiental, com risco de contaminação de solos, rios e lençóis freáticos, o projeto vai beneficiar as populações vulneráveis com segurança.

“O projeto atua exatamente nesse ponto, ao prever que os medicamentos só poderão ser doados quando houver prazo remanescente de validade”, pontuou.

Farias lembrou ainda que assistência farmacêutica é componente essencial da atenção integral à saúde.

“Os medicamentos cumprem papel central na recuperação dos pacientes, mas apresentam riscos quando utilizados de forma incorreta ou quando sua qualidade está comprometida. Nesse sentido, a correta gestão de estoques e a destinação social dos excedentes se tornam instrumentos de política pública fundamentais para reduzir desperdícios e ampliar o acesso”, concluiu.

Política Nacional de Educação Especial

O governo federal publicou na terça-feira (21) um decreto que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Segundo o Executivo, o documento busca fortalecer a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades ou superdotação para todos os níveis, em turmas regulares e escolas comuns.

Consultado pela Agência Brasil, o pedagogo e ativista pelo direito das pessoas com deficiência Ivan Baron considerou que o decreto cria um marco que reúne e organiza as iniciativas na área, para combater a discriminação e a evasão escolar desse público.

Entre os princípios da nova política, está também a garantia de acessibilidade e desenvolvimento de tecnologias assistivas. “Essa política mostra que o Ministério da Educação está colocando em prática o investimento em salas de recursos multifuncionais e a formação de professores”, considerou o pedagogo Ivan Baron.

Para ele, o decreto traz um reforço importante para que alunos com deficiência estudem nas turmas regulares. O pedagogo destaca também que a política atua no suporte para o atendimento educacional especializado a esses alunos, com profissionais capacitados para essa finalidade.

Baron apontou que a criação da rede nacional de educação especial inclusiva pode garantir que tudo isso aconteça de verdade nas escolas. “Ou seja, não é só papel”. O decreto define o atendimento educacional especializado como atividade pedagógica complementar ou suplementar à escolarização.